



*Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:*

*I - à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:*

*a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara;*

*(...)*

*g) admissibilidade de proposições.*

## **2. 2. Da Competência Privativa da Câmara e Iniciativa:**

A competência privativa da Câmara encontra-se prevista no inciso III do artigo 62 da Lei Orgânica do Município de Unaí, que assim estabelece:

*Art. 62 – Compete privativamente à Câmara Municipal:*

*(...)*

*III – dispor sobre sua organização, polícia e funcionamento;*

A alteração do Regimento Interno vigente é matéria constante de resolução, com fundamento no disposto inciso VI do artigo 199 da Resolução n.º 195, de 25 de novembro de 1992, conforme se transcreve a seguir:

*Art. 199. Os projetos de resolução são destinados a regular matérias de competência privativa da Câmara e as de caráter político, processual, legislativo ou administrativo, excluídas do âmbito da lei que produza efeitos internos, tais como:*

*(...)*

*VI - matéria de natureza regimental;*

aduz que: No que se refere ao projeto de resolução ser uma proposição, o Regimento Interno

*Art. 170. Proposição é toda matéria sujeita à apreciação da Câmara.*

*Art. 171. São proposições do processo legislativo:*

*I - proposta de Emenda à Lei Orgânica;*

*II - projeto de lei complementar;*

*III - projeto de lei ordinária;*

*IV - projeto de lei delegada;*

*V - projeto de decreto legislativo;*

*VI - **projeto de resolução**; e*

*VII - veto à proposição de lei.*

*Art. 176. Não é permitido ao vereador:*

*(...)*

*IV – despachar proposição de seu interesse particular ou de sua autoria, ressalvada proposição da Mesa Diretora ou Comissão. (Grifo nosso)*

A Lei Orgânica do Município de Unaí estipula que:

*Art. 76. Os projetos de resolução disporão sobre matérias de interesse interno da Câmara.*

O *caput* do artigo 222 do Regimento Interno e respectivo inciso I diz que o Regimento Interno poderá ser reformado por meio de resolução e iniciativa da Mesa Diretora ou da maioria absoluta dos membros da Câmara, ou seja, 8 (oito) Vereadores, bem como o seu parágrafo único determina que o projeto deva aguardar 10 (dez) dias para receber emendas e só então abrirá o prazo de 10 (dez) dias para a comissão emitir o parecer, conforme a seguir:

*Art. 222. O Regimento Interno pode ser reformado por meio de projeto de resolução de iniciativa:*

*I - da Mesa da Câmara;*

*II - da maioria absoluta dos membros da Câmara;*

*(...)*

*Parágrafo único. Publicado e distribuído em avulsos, o projeto fica sobre a mesa durante dez dias para receber emendas, findo o qual será emitido o parecer no prazo de dez dias.*

Entende-se que o prazo do relator é a metade do prazo da Comissão, conforme os seguintes dispositivos do Regimento Interno:

*Art. 134. A distribuição de proposição ao relator será feita pelo Presidente até o primeiro dia subsequente ao recebimento da mesma pela Comissão.*

*(...)*

*§ 3º O relator, juntamente com os relatores parciais, quando for o caso, terá a metade do prazo da Comissão para emitir parecer, o qual poderá ser prorrogado, a seu requerimento, por dois dias.*

Assim, entende-se que a matéria aqui analisada é de competência da Câmara e a iniciativa da Mesa Diretora desta Casa é legítima.

### **2. 3. Da Justificativa da Autora:**

A Autora deste Projeto apresentou a justificativa no seguinte sentido:

*O presente projeto visa revogar o § 2º-B do artigo 211 do Regimento Interno desta Casa, o qual prevê que somente 2 (duas), entre as 7 (sete) emendas impositivas individuais, podem se dar na modalidade de execução indireta.*

*O referido dispositivo foi inserido no ordenamento jurídico em setembro de 2018, uma vez que os Vereadores à época chegaram ao entendimento que essa restrição seria necessária, pelo fato de a maioria das entidades beneficiárias dos recursos das emendas não estarem preparadas para prestar contas acerca dos valores recebidos.*

*Ocorre que hoje, cinco anos após a criação das emendas impositivas no âmbito deste Município, a realidade é outra, pois a maioria das entidades já se estruturaram e estão preparadas para executar os recursos recebidos e prestar contas, comprovando não só a boa gestão dos recursos, mas também o benefício social alcançado com o repasse recebido.*

Desta forma, esta Relatora entende viável a revogação do parágrafo 2º-B do artigo 211 do Regimento Interno, em consonância com a justificativa da Autora.

#### **2. 4. Alegações Finais:**

E, ainda, uma vez concluído com apreciação plenária, caso seja aprovado, retorne à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para o fim do disposto no artigo 275 do Regimento Interno desta Casa.

#### **3. Conclusão:**

Em face do exposto, salvo melhor juízo, dou pela constitucionalidade, juridicidade, e regimentalidade do Projeto de Resolução n.º 2/2022.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 31 de maio de 2022; 78º da Instalação do Município.

VEREADORA NAIR DAYANA  
Relatora Designada